



SIMAN

Tempo: um dos determinantes da ação humana

Rozane de Fátima Zaionz da Rocha

Pedagoga e Professora da rede pública municipal de Curitiba, nas Escolas Carlos Drummond de Andrade e David Carneiro. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Colaboradora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

Email: rozanerocha@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo é parte de uma dissertação de mestrado em que foi pesquisado sobre o rendimento escolar das crianças matriculadas em tempo parcial e integral em uma determinada escola pública municipal de Curitiba. Ao tratar do período em que a criança permanece na escola, tem-se nesse artigo, a categoria tempo como foco de discussão. O cotidiano dos sujeitos é demarcado pelo tempo. Desde os primeiros contatos sociais, a criança já se depara com uma fragmentação temporal. Esse artigo traz uma retrospectiva histórica sobre o tempo social e físico, assim como a influência desses no contexto escolar. O objetivo do estudo é analisar as consequências desses fragmentos temporais no interior da escola de tempo integral. Para isso valemo-nos dos aportes teóricos de Thompson (1998), Elias (2000), Martins (2007), Arroyo (2009) e Penin (1989). Por se tratar de uma realidade histórica, concreta e social, tivemos no materialismo histórico os direcionamentos necessários para os estudos propostos. Além dos referenciais citados, tivemos o depoimento de estudantes matriculados na escola. Ao finalizarmos a pesquisa concluímos que a ampliação da jornada escolar, da maneira como está proposta, pouco contribui para o rendimento das crianças.

Palavras chave: Tempo; escola; rendimento escolar.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a escola em tempo integral abrange mais do que narrativas e descrições do cotidiano escolar. Exige atenção especial à categoria tempo, pois esse elemento determina a sequência de ações realizadas pelos sujeitos. Ações que são temporalmente sistematizadas na instituição escolar, no intuito de preparar as crianças e os jovens para uma vida social regrada pelo relógio.

Com base nas leituras realizadas, percebemos que muitos autores fazem distinção entre o tempo físico e o tempo social, Martins (2007) e Elias (2000) respectivamente, para esses autores, esses dois tempos são indissociáveis.

Assim sendo, teremos como referencial nos estudos do tempo físico Martins (2007), que descreve a origem histórica da marcação do tempo e a criação de instrumentos para sistematizar essa demarcação, já que nas civilizações anteriores ao século XII, o controle do tempo se dava através de fenômenos naturais como nascer e por do sol, fases da lua, entre outros que serão abordados mais adiante.

O tempo social será abordado nessa pesquisa, tendo como fonte Elias (2000). O autor também traz históricos sobre as medidas temporais, porém, faz relações do tempo físico com o social e a interferência desses na vida dos sujeitos.

Thompson (1998) nos dará subsídios sobre estudos do tempo da sociedade industrial, um tempo considerado mercadoria. Esse autor traz o histórico do uso do relógio como objeto de manipulação e controle sobre os operários no início da industrialização. Há também menção sobre o controle do tempo exercido nas escolas, a fim de que esse controle preparasse a criança, quando adulta, a trabalhar e se adequar aos rígidos horários das fábricas.

Após trabalharmos com o tempo físico e social e também o tempo como mercadoria e controle, adentraremos no espaço e tempo escolar. Para isso, faremos presente os escritos de Arroyo (2009) e Penin (1989), assim como artigos relacionados ao tempo escolar da escola em tempo integral.

A reprodução de gestos, ações e discursos está tão arraigada nos seres humanos que vivem no mundo capitalista, que não damos conta do real significado da frase dita por Benjamin Franklin no século XVIII (THOMPSON, 1998, p. 297) “tempo é dinheiro”. Para Aristóteles, o tempo é “a imagem móvel da eternidade” e ainda, “o número do movimento entre o antes e o depois” (ABBAGNANO, 2007, p. 1.111). Para Freire, tempo é “o espaço de auto produzir-se

e realizar uma autopoiese humanizadora na medida em que transforma a humanidade, transformando o mundo” (apud PASSOS, 2008, p. 401).

Pelos conceitos acima mencionados podemos dizer que a conceitualização Aristotélica e Freiriana se complementam, pois os movimentos de antes e depois geram mutações na forma de ser e agir do ser humano de acordo com as experiências¹ vividas. São relações temporais do físico e do social respectivamente.

Nessa perspectiva do antes e depois, também podemos citar as palavras de Santo Agostinho que defendia não existir o presente, segundo ele, presente é passado ou futuro (MARTINS, 2007, p. 85).

Ainda historicamente falando, Thompson (1998) descreve que anterior à Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX, os tempos eram calculados de acordo com as tarefas domésticas e pastorais de cada família, “5:30 o gado foi para o pasto, 6:00 as ovelhas foram soltas, 6:30 o sol nasceu, 7:00 tornou-se quente, 07:30 os bodes já foram para o pasto” (THOMPSON, 1998, p. 269). As frações de tempo também começaram a ser reguladas através de “cozimento de arroz (cerca de meia hora).” ou pelo fritar de um gafeiteiro (um momento) (idem).

Com a Revolução Industrial, o que era artigo de luxo passou a ser necessidade, pois ninguém “passava o tempo e sim gastava o tempo” (THOMPSON, 1998, p. 278) e o controle do tempo, que antes era feito de maneira natural, passa a ser rigorosamente controlado, pois somente assim o capitalismo poderia crescer e obter maior êxito. Na década de 1790, todos os homens tinham um relógio de bolso e para a decoração das casas, dentro da caixa de mogno requintado, estava lá uma máquina controlando as ações das famílias.

Na manufatura, as horas do dia poderiam ser ampliadas ou reduzidas, segundo as exigências da encomenda dos produtos. Os próprios artesãos regulavam seu tempo de acordo com sua produção mercantilista. Na contemporaneidade, ainda é perceptível entre os pequenos agricultores, artistas, autônomos e trabalhadores liberais essa prática, ou seja, as horas de trabalho podem variar a fim de atender dentro do prazo, os acordos contratuais firmados.

As sociedades mais evoluídas, vistas como industrializadas, mantêm a organização sequencial das ações através da sistematização do tempo marcado pela máquina/relógio. Para outras sociedades não capitalistas, a demarcação do tempo ficava a cargo de algum personagem, como por exemplo, o sacerdote.

¹ Para Dewey (1971, p. 17) experiência é “agir sobre um determinado corpo e sofrer de outro corpo uma reação” e também é “uma fase da natureza; é uma forma de interação pelo qual dois elementos que nela entram, se modificam”.

Com La creciente urbanización y comercialización, se hizo cada vez más urgente la exigência de sincronizar el número cada vez mayor de actividades humanas. Fue tareas de las instancias centrales (profanas o religiosas) preparar este retículo y asegurar su funcionamiento. De ello dependía El pago ordenado y recurrente de tributos, intereses, salários y El cumplimiento de otros muchos contratos y obligaciones, así como los numerosos días festivos em que los hombres descansaban de sus fatigas (ELIAS, 2000, p. 64).

Com a maquinofatura, Taylor inicia no século XIX o controle do tempo que se torna cada vez mais rígido e supervisionado, pois as ações de trabalho realizadas pelo homem são calculadas visando a maior produtividade, e indiretamente impondo uma disciplina que hoje está presente também nas escolas.

Havia outra instituição não industrial que podia ser dada para o “uso econômico do tempo”: a escola (...) as ruas de Manchester viviam cheias de “crianças vadias e esfarrapadas: que estão não só desperdiçando seu tempo, mas aprendendo hábitos de jogo” (THOMPSON, 1998, p. 292)².

A fabricação de objetos sofisticados próprios para medir o tempo consegue ultrapassar a máquina e interfere no social. É através do relógio que a sociedade capitalista começa a organizar-se em suas ações, as quais são orientadas pelo tempo do relógio e do calendário, “o tempo serve para regular a existência humana”. (ELIAS, 2000, p. 12). O controle do

tempo sobre os sujeitos põe à margem aos que a ele não se adequam. Chegar atrasado aos compromissos pessoais ou profissionais faz com que se tenha um preconceito de uma pessoa irresponsável, é o tempo físico agindo sobre o social. No entanto, precisamos deixar claro que tempo não é relógio, calendário ou outro instrumento de medição. Esses são apenas mecanismos criados pelo homem para organização social. Prova disso são as experiências de vida que o sujeito adquire durante a sua existência, a alteração de seu semblante e de suas forças físicas. Essas alterações biológicas aconteceriam com ou sem relógio ou calendário. (ELIAS, 2000, p. 23).

Para Elias (2000), o conceito de tempo social está relacionado às experiências adquiridas em sociedade e transferidas de geração em geração. Tal concepção não desvincula o tempo social do tempo físico, pois conforme o autor, essas trocas ocorrem nos planos físico, biológico, social e pessoal. Assim sendo, para o Elias (2000, p. 84), o tempo:

(...) en primer lugar, um marco de referencia que sirve a los miembros de um cierto grupo y, em ultima instancia, a toda La humanidad, para para erigir hitos reconocibles, dentro de una serie continua de transformaciones del respectivo grupo de referencia, o también para comparar uma cierta fase de um flujo acontecimientos com fase de outro (...) el concepto de tiempo ES aplicable a tipos de continuun em devenir.

A escola seria o local adequado para preparar as crianças para serem obedientes, disciplinadas, respeitadoras de horários, características necessárias para o bom operário da fábrica. (THOMPSON, 1998, p. 294). A doutrinação dos corpos iniciaria nas escolas a fim de preparar os indivíduos para o trabalho fabril.



² Na citação algumas frases estão entre aspas, pois são palavras de personagens do período (século XVIII), descritas por Thompson (1998).

O conceito de tempo, a princípio, não é ensinado às crianças e jovens através dos livros de filosofia, mas sim através de práticas cotidianas exercidas na família e na escola. Elias (2000, p. 20) escreve que uma criança que não se adéqua aos controles temporais da sociedade, quando adulto, encontrará problemas de socialização.

(...) la institución social del tiempo que le está unida de modo indisoluble, ir creciendo en una sociedad a la cual pertenecen esse concepto y esa institución. En ella, el individuo aprende el concepto del tiempo no solo como médio de la reflexión que verá a luz em libros filosóficos. Em efecto, todo adolescente sabe pronto reconocer el tiempo como símbolo de una institución que igualmente e pronto empieza a coaccionarlo. Si dicho adolescente - el ou ella - no aprende, durante los diez años de su edad, a desarrollar una autoacción que corresponda a esta institución o, em otras palabras, si el joven no es capaz em esa sociedad de ajustar su conducta y sensibilidad a la institución social del tiempo, le será muy difícil, sino imposible, ocupar la posición de um adulto. (ELIAS, 2000, p. 20).

Para Elias (2000, p. 154), uma criança que nasce em uma sociedade industrializada necessita de sete a dez anos para aprender a ler os símbolos do tempo, relógios, calendários. Esses conteúdos são abordados nos currículos escolares como “medidas de tempo” e estão presentes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo trabalhadas de forma gradativa conforme o nível de dificuldade (ciclos de aprendizagem).

Em relação ao tempo escolar, Santos (1992) faz menção de que a ampliação desse tempo se faz presente na escola preparando o sujeito para a produtividade. Doutrinar o sujeito a suportar longas ho-

ras em um mesmo ambiente e, sobretudo produzindo, “dá a importância cada vez mais crescente das instituições escolares”. (SANTOS, 1992, p. 47).

Santos (1992, p. 51) compara a escola com as organizações empresariais e indústrias capitalistas.

a sua estrutura organizacional, seja nos aspectos de divisão de tarefas, da distribuição hierárquica do poder, da seleção, da organização de conteúdos, da definição das grades curriculares e dos períodos letivos, da determinação dos horários escolares, da definição dos processos de exame e avaliações, (...) toda ela resulta de uma determinação inelutável: a do capitalismo (idem).

Diante do que foi descrito, percebemos que a escola tem, dentre outras funções, que preparar a criança para a reprodução das relações sociais capitalistas e essa preparação inicia com o controle dos corpos e das ações dentro de um determinado período de tempo.

2. TEMPO ESCOLAR

O sujeito enquanto ser social é formado por diferentes temporalidades que se iniciam brandamente na família, com o horário de se alimentar, de tomar banho, horário de dormir e vai se ampliando, ficando oficializado, no momento em que entra para a escola.

A cultura escolar, composta de uma rígida rotina a ser seguida, molda o sujeito de acordo com as necessidades impostas pelo sistema. O controle comportamental dos educandos e educadores está gerenciado pelo tempo: o sinal que anuncia o horário de início e término de aulas, o calendário que impõe os dias, semanas, meses e anos em que permanecerão no interior da escola.

Uma simples conversa entre professores e alunos nem sempre é possível, pois poderá atrasar o conteúdo que está programado para ser trabalhado em determinado período de tempo. Controlar os corpos, impor rotinas, moldar o sujeito de maneira que consiga permanecer o maior tempo possível administrando e sendo administrado por alguém ou por algo são tarefas da escola.

A organização escolar pautada no tempo, segundo Souza (1999), se deu no final do século XIX e início do século XX.

A preocupação com o tempo é fator presente também nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, documento que associa a administração do tempo à autonomia do educando. Segundo os PCNs, a escola precisa propiciar e organizar o tempo da criança de maneira que ela possa adquirir autonomia e organizar seu próprio tempo, associando-o às atividades que pretende desenvolver.

Apesar das indicações previstas no documento que norteia as ações pedagógicas escolares, os PCNs, o controle do tempo das crianças é bastante rígido, com atividades predeterminadas pela equipe administrativa e pedagógica. O momento que os educandos têm para atividades livres é o recreio, o que consideramos não como liberdade, mas como autorização para ausentarem-se das salas de aulas.

Nós estudamos, fazemos recreio, nós fazemos Educação Física. Nós chegamos na escola às 08:00 horas; às 09:00 horas nós fazemos lição e das 09:30 às 09:40 nós lanchamos. Das 10:10 às 10:20 fazemos recreio e quinta e na sexta³ tem Educação Física das 09:00 às 09:30 e na sexta das 10:30 às 11:20 horas. Às 12:15 nós almoçamos e depois do recreio, às 13:00 horas nós vamos para a oficina e nós fazemos Matemática e Português. (aluno da 2ª fase do ciclo II – correspondente a 4ª série do Ensino Fundamental).

Pelo texto da criança, podemos perceber o grau de rigidez e assimilação que a mesma tem em relação aos horários predefinidos pela escola. Atividades significativas e a liberdade da criança, tão defendida em discursos pedagógicos e documentos oficiais, quando analisados, percebemos que as atividades nem sempre são significativas para as crianças, mas sim, para quem as impõem e a liberdade não é liberdade, é autorização.

Assim, é preciso que o professor defina claramente as atividades, estabeleça a organização em grupos, disponibilize recursos materiais adequados e defina o período de execução previsto, dentro do qual os alunos serão livres para tomar suas decisões. Caso contrário, a prática de sala de aula torna-se insustentável pela indisciplina que gera. (BRASIL, 1997, p. 63).

O rigor das medidas temporais vem, ao longo de nossa história, marcando presença nas escolas, nas salas de aula e com isso direcionando o fazer pedagógico. É na escola que a criança inicia a sistematização do controle temporal “[...] nossa realidade urbana mostram programações diárias, organizadas até nas “agendas”, muitas delas já transformadas em pequenos executivos” (PENIN, 1989, p. 20), a autora continua, “a entrada de especialistas na escola pública facilitou a fragmentação do processo educativo [...]”. As ações infantis passam a ser controladas e determinadas pelo calendário imposto pela escola. Brincar, ir ao banheiro, conversar com os colegas, entre outras ações, que antes eram realizadas com

naturalidade e liberdade, ao entrar para a escola passam a ter horário estabelecido para acontecer. As repetições naturais realizadas pelos sujeitos são entendidas como repetições cíclicas e que segundo Penin (1989, p. 58) “são escassas no contexto escolar”.

A homogeneização do tempo desrespeita os tempos dos sujeitos. Todo o processo está rigorosamente estabelecido e determinado não tendo o sujeito liberdade de escolha sobre sua própria “agenda”. As repetições ligadas à racionalização do tempo são consideradas lineares e “são mais presentes no contexto escolar, já que foram estabelecidas como solução à organização do trabalho na escola” (idem).

A criança matriculada em tempo integral tem seu tempo fragmentado por um sistema que impõe um currículo predeterminado e que deve ser seguido pelos membros da instituição. A divisão do tempo integral em ‘subtempos’ impõe limites para cada atividade, não sendo respeitado o desejo de continuar ou o desejo de parar de realizar determinadas tarefas.

O estudo sobre o tempo está contemplado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 57), na disciplina de Matemática e tem como objetivos gerais “reconhecimento e utilização de unidades usuais de tempo e de temperatura; reconhecimento e utilização das medidas de tempo e realização de conversões simples”.

Apesar de a ampliação do tempo escolar es-

3 Refere-se aos dias da semana.

tar previsto em documentos oficiais, tal ampliação do tempo escolar entra em contradição entre os envolvidos. Os professores reivindicam a redução do tempo de trabalho, os pais solicitam a ampliação do tempo escolar, tendo dessa maneira um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham; as crianças desejam a redução do tempo em que ficam na escola, pois alegam que gostariam de maior tempo livre para poder brincar. Arroyo (2009, p. 190), escreve que

(...) não há como ignorar a centralidade do tempo no cotidiano escolar. Ele nos persegue e em suas lógicas se amarra nossa docência. (...) diante do clima de violência, do tráfico, de insegurança a que é exposta a infância e a adolescência populares a luta por mais tempo de escola aumentou. Tempo de escola maior é visto como segurança maior para os filhos (as).

Com a condição de abrigo, a escola pode ser vista como ampliação de tempo e funções, ou entendida como minimizada em suas reais funções – ensinar e educar. Retira-se a criança das ruas, no entanto, não se dá condições das mesmas viverem suas infâncias, Cavaliere (2007, p. 1.022) coloca que na escola pública brasileira,

vive-se uma grande confusão em relação à sua própria identidade. Essas escolas ressentem-se de terem que fazer mais do que o ensino dos conteúdos escolares, sem terem recursos para tal. São, em geral, escolas aligeiradas e empobrecidas em suas atividades.

Como se não bastasse à escola ceifar a liberdade das crianças e jovens, ainda impõe o seu tempo. Tempo rígido e pensado por adultos para atender ao mercado de trabalho. Não há tempo de vida, há caixinhas com pequenas doses de atividades diversas e que não se completam. Arroyo (2009, p. 192), a respeito da fragmentação do tempo escolar, coloca que “é tão conflitivo porque foi instituído faz séculos e terminou se cristalizando em calendários, níveis, séries, semestres e bimestres, rituais de transmissão, avaliação, reprovação e repetência”.

A fragmentação cada vez maior do tempo escolar e a inserção de mais atividades buscam um melhor desempenho das crianças perante as avaliações instituídas pelos órgãos legisladores. Há uma preocupação com os índices que serão registrados, com a formação direcionada ao mercado de trabalho, “o tempo é ouro, não pode ser desperdiçado. O tempo é produção de riquezas, deve ser controlado e explorado ao máximo” (ARROYO, 2009, p. 203).



Para as crianças e jovens que ficam em escola de período integral, essa cobrança é ainda maior, pois a instituição escolar entende que não deve deixar a criança com tempo ocioso, como se essa prática de liberdade assistida fosse prejudicial aos pequenos. A imposição de atividades é tamanha e repetitiva que os educandos, quando diante de oportunidades, colocam sua voz no papel.

(...) Eu gostaria que tivesse piscina, dança, culinária.⁴

(...) Direto ao assunto – eu gostaria que a Secretária de Educação melhorasse nossa escola e que tivesse estudo somente pela manhã e a tarde, só brincadeiras, natação, cursos de cabeleireiro, crochê, pintura em tecido.

(...) Estou mandando essa carta para que a senhorita construísse um parquinho melhor para que a gente pos-

sa brincar ao invés de estudar o dia inteiro. (EDUCANDOS MATRICULADOS EM PERÍODO INTEGRAL, 2009).

As crianças e jovens manifestam seus anseios por atividades mais interessantes às suas infâncias, possuem energia para criar e recriar necessitando, no entanto, que a escola dê a oportunidade e a autorização ou liberdade assistida para que possam ser realmente crianças.

A ampliação do tempo escolar, de acordo com o estudo, aponta que as mesmas dificuldades apresentadas para o período regular também se fazem presentes para as crianças matriculadas no tempo integral, ou seja, da maneira como está proposta a escola de tempo integral, atualmente, não oportuniza maior rendimento acadêmico por parte dos estudantes que a frequentam.



4 Textos (cartas) escritos por alunos matriculados em tempo integral tendo como destinatário a secretária de educação do município de Curitiba.

Referências bibliográficas:

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo. Martins Fontes, 2007.
- ARROYO, M. G. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 2. ed. Petrópolis. Vozes, 2009.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>, acessado em 18 jul/11.
- CAVALIERI, A. M. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28 n. 100. Especial p. 1015-1035, out/2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acessado em 14 ago/2011.
- DEWEY, J. **Experiência e Educação**. Tradução: Anísio Teixeira. 15. ed. São Paulo. Nacional, 1971.
- ELIAS, N. **Sobre el tiempo**. México. Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MARTINS, A. F.P. **Tempo físico: a construção de um conceito**. Natal. EDUFRRN, 2007
- PASSOS, L. A. Tempo. In: STRECK, D. R. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte. Autentica, 2008.
- PENIN, S. **Cotidiano e escola: a obra em construção**. São Paulo. Cortez, 1989.
- SANTOS, O.J. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas. Papius, 1992.
- SOUZA R.F. **Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 2, p. 127-143, jul/dez, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010. Acessado em 04 set/2011
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.